

economia

EC

questões económicas e sociais

26-27

O alargamento da CEE e a crise do capitalismo



- O SECTOR NACIONALIZADO E O OGE
- O SECTOR TÊXTIL E O MERCADO COMUM

Referências à evolução dos preços em Portugal e no Mercado Comum

1. Objecto do trabalho

Como o próprio título indica, o objecto deste trabalho é a evolução dos preços em Portugal e no Mercado Comum, procurando analisar alguns dos elos de relação e propagação e fazer um estudo comparado das suas dinâmicas passadas que permita lançar pistas de extrapolação.

Não tratamos da inflação ⁽¹⁾, embora não deixemos de fazer aqui e além, sempre que possível, ou necessário, referências a ela, assim como um bosquejo sobre o que communmente é designado, pelos governos dos países capitalistas, de política anti-inflacionista. Os preços são parte integrante da temática inflacionista, são o seu núcleo vital, mas não a esgotam.

(¹) Se pretendéssemos caracterizar a inflação «com base na sua manifestação visível e quot'dianamente sentida, diríamos que ela corresponde a um aumento geral, crónico e com intensidades diferentes, sendo de realçar as evoluções diferenciadas do preço da força de trabalho e das restantes mercadorias». O nosso objecto de análise é mais limitado: quase que incide exclusivamente sobre o preço dos bens de consumo.

Além disso, se quiséssemos ultrapassar esta definição empiricista teríamos que ter em conta que «a razão profunda resulta de que as modificações de valor não são inflacionistas. A inflação não pode ser compreendida e analisada cientificamente a não ser como um processo de desfasamento reproduzido permanentemente entre a quantidade dos preços e a quantidade dos valores, por outras palavras, como processo de extracção forçada de mais-valia pelo efeito da contradição entre a expressão monetária da produção e a sua base material em valor» [1].

A nossa abordagem é limitada, ficando-se por uma mera referência de alguns aspectos, alicerçada num tratamento de séries de índices de preços — que publicamos em anexo na esperança que constitua matéria-prima para outros trabalhos de investigação — e numa determinada visão global da economia política edificada na teoria do valor-trabalho e na apreciação crítica das diversas teorias explicativas dos preços e da inflação (1).

As limitações existentes no presente trabalho radicam-se na ausência de um modelo explicativo — o que é diferente de um modelo operacional — dos preços e da inflação em Portugal, capaz de explicitar as dinâmicas interna e externa e o seu entrelaçamento, com uma cuidada fundamentação teórica e quantificável. Na sua ausência limitamo-nos a algumas descrições e à formulação de hipóteses explicativas.

É uma mera leitura de dados e de factos ligeiramente teorizada, é um esforço inacabado. Num primeiro ponto começaremos por dar uma visão geral passada e actual da evolução dos preços no mundo capitalista, pois antes de mais é um fenómeno universal (2). Desceremos de uma visão mundial capitalista para a CEE e só depois disso tomaremos em consideração a realidade portuguesa (ponto 2). Desta apreciação resultará um grande problema teórico, prático em determinadas conjunturas políticas: quais os mecanismos mundiais de propagação dos preços que incidem sobre a realidade portuguesa e quais os factores que podem ser considerados internos? Qual a importância relativa de cada uma das duas componentes? Qual o seu grau de independência relativa? Apesar de ser uma questão vital não teremos uma resposta satisfatória, embora não deixemos de colocar abertamente o problema e

(1) Veja-se [12] e [13].

(2) A globalidade do fenómeno impõe a sua diferencialidade: as relações de produção capitalistas actuais não são puras nem homogéneas.

de lançar algumas pistas de investigação (ponto 3). Os preços são um tema central nas preocupações das populações e um objecto de reflexão económico-política porque a inflação constitui hoje uma realidade social aceleradora das contradições do capitalismo e um tema de manobra ideológica. Esta dimensão política da inflação não podia deixar de ser tomada em conta na apreciação dos preços, pois permite descortinar novas facetas destes e clarificar o conteúdo do Estado capitalista (ponto 4). Finalmente, procuraremos afunilar os diversos aspectos referidos no sentido preciso da eventual consequência da adesão de Portugal ao Mercado Comum sobre a dinâmica interna dos preços (ponto 5).

2.

Breve panorama sobre a evolução dos preços

2.1. Como afirma o FMI, «a rapidez da inflação tornou-se um problema mundial. A intensificação da taxa de inflação registada ultimamente caracterizou-se pela sua severidade e também pela sua universalidade e disparidade» (4). Com as necessárias reservas sobre o conteúdo da universalidade de um tal bastião das relações sociais capitalistas (5), os aspectos focados descrevem claramente a evolução dos preços.

A uma estabilidade ou decrescimento dos preços no século XIX seguiu-se uma tendência de aumento de preços durante o século XX nos países capitalistas mais desenvolvidos, que apresenta um carácter sistemático a partir da década de 30 (6). Os ritmos de aumento dos preços têm aumentado, ultrapassando em muitos países a taxa de 10 % ano na década de 70:

(4) Ver [7] p. 345. Note-se que para o FMI todo o aumento de preços é inflação.

(5) A universalidade e o mundo para o FMI identifica-se com o conjunto dos países que o constituem.

Nas economias socialistas não existe aumento de preços ou existe com características tota'mente diferentes (mesmo quando reflectem o comércio com o mundo capitalista). Veja-se sobre o assunto, a título de exemplo, [8].

(6) Ver [9].

**Variações do índice de preços no consumidor no mundo,
por grandes períodos**

	Percentagem (média anual)
1949-1953	3,9
1953-1959	2,8
1959-1965	3,8
1965-1971	5,1
1971-1977	9,5

tendo registado nos anos de 1974, 1975 e 1976 as taxas de variação de 15,3 %, 13,3 % e 11,1 % respectivamente (').

Esta evolução dos preços globais revela com muita clareza que existe uma tendência estrutural de aumento dos preços, apontando igualmente para uma tendência estrutural de aumento das variações de preços (').

A esta tendência vem juntar-se uma oscilação das variações anuais de preços (média das variações mensais) reforçando-a. Manifestando uma certa regularidade de alternância de períodos com valores ascendentes e descendentes, apresenta diminuições bruscas, embora mostrando-se positivas, nos anos de crise, nomeadamente da economia americana: 1960-1961, 1966-1967, 1970, 1974-1975 (').

A situação mais recente confirma a tendência geral: na parte final de 1979 regista-se, novamente,

(') Estes dados baseiam-se nos índices de preços no consumidor, que têm um andamento similar ao do índice de preços implícitos nas contas nacionais (para o período 1961-1977 existe entre ambos um coeficiente de correlação de 0,99) e com menos acidentes de evolução que o índice de preços por grosso. Sobre as vantagens de utilização desse índice de preços para estudos globais veja-se [7], p. 351.

(') Vejam-se os dados do quadro «Preços no mundo», em anexo.

(') Convém salientar que em todas estas crises, umas delas periódicas outras intermédias, houve manifestações de crise monetário-financeira. Em 1962-1963 houve uma crise monetária nos EUA, mas não houve crise de crédito nem crise de produção e não apresenta impactes visíveis no ritmo de variação de preços.

Apesar desta relação referida, as variações de preços não apresentam uma correlação significativa com os índices de produção industrial.

Para as referências ao movimento cíclico internacional utilizou-se a importante obra [10].

uma ligeira aceleração dos aumentos dos preços, o que «põe de novo em perigo o equilíbrio económico ainda frágil do Ocidente» (10).

Estas tendências de evolução dos preços no consumidor não se verificam em todos os tipos de preços: não existe uma relação significativa entre os índices de preços dos produtos primários (11) e o índice de preços no consumidor; «valores unitários» de exportação mundial são em 73 % ajustados aos preços no consumidor e aos preços dos produtos primários, tendo aqueles apresentado um grande empolamento em 1973-1974 e uma quebra acentuada nos três anos seguintes.

Simultaneamente, o fenómeno difunde-se por todas as áreas de dominação do capital: «Durante toda a década de 1960, entre um quarto e uma terça parte, aproximadamente, dos países do mundo registaram taxas de aumento iguais ou superiores a 5 %, enquanto entre um décimo e uma sexta parte, aproximadamente, registaram taxas de 10 % ou mais. No começo da década de 1970 a proporção dos países com taxas iguais ou superiores a 5 % aumentou rapidamente; já em 1974 e 1975 praticamente todos os países experimentavam taxas superiores a 5 % e a maioria (83 % em 1974 e 71 % em 1975) registava taxas iguais ou superiores a 10 %. Durante a década de 60 aproximadamente 50 % dos países tiveram taxas de aumento dos preços superiores às do ano anterior, mas em 1973 86 % registou taxas mais altas e em 1974 a proporção foi de 77 %. Sem dúvida que a partir de 1975 a percentagem de países com taxas de aumento superiores às do ano anterior começou a diminuir, chegando a 20 % em 1976. Em 1977 mais de metade dos países registaram novamente taxas mais altas de inflação. Embora esta proporção se reduza a 29 % em 1978, os dados correspondentes ao primeiro semestre de 1979 indicam que a pro-

(10) Em *Spiegel* de 7-3-1979.

(11) Não inclui o petróleo.

porção, muito provavelmente, voltará a ultrapassar os 50 % dos países para todo o ano» (").

Existe de forma sistemática um ritmo diferenciado de crescimento dos preços conforme as regiões e os países. Para os países industrializados (Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Luxemburgo, Noruega, Holanda, República Federal Alemã, Reino Unido, Suécia e Suíça) e para os restantes países da Europa o ritmo diferenciado acentua-se com o aumento das variações anuais de preços.

Concomitantemente com esta situação bastante significativa pela sua dimensão social, de conflito e de agudização das contradições capitalistas, podemos dizer que a correlação entre as oscilações dos índices correspondentes ao mundo e dos correspondentes aos países industriais é muito alta; o coeficiente de correlação, ajustado para ter em conta a autocorrelação, é de 0,99».

Este facto aponta para a grande responsabilidade dos países centrais do capitalismo no aumento de preços mundial, sendo, obviamente, de destacar a importância dos EUA. A justificação empírica do anteriormente afirmado — «este resultado não é muito surpreendente, pois os países industriais têm uma ponderação de 75 % no índice mundial (") — acrescenta-se uma unanimidade flagrante nas interpretações teóricas mais diversas:

- Os monetaristas ao apontarem a repartição do *stock* de moeda como justificativo da dispersão de variação de preços e ao terem que concluir que «os aumentos de preços nos países pequenos são principalmente de tipo importado enquanto os aumentos de preços nos grandes países são sobretudo provocado por factores internos» ("), estão a apontar para

(") Em [7], p. 346.

(") Em [7], p. 348.

(") Veja-se *The Role of Economic Size in the Determination and Transmission of World Inflation*, E-M. Claassen, em [5].

a particular responsabilidade dos Estados Unidos, dado o carácter quantitativamente hegemónico do dólar.

- Alguns defensores das teses estruturais ("), como os que estão ligados ao modelo escandinavo ("), têm de concluir que será difícil para qualquer observador, mesmo desatento, duvidar que os EUA, um país que contabiliza mais de um terço do *output* do mundo ocidental, têm desempenhado uma posição de liderança na propagação da inflação mundial (").

- Certos marxistas ao apontarem como causa da inflação «o desajustamento entre a centralização financeira à escala do capitalismo internacional são conduzidos à importância do dólar», que, «por um lado, servia cada vez mais de instrumento monetário duma centralização internacional do crédito sob a dominação privada americana e, por outro lado, apareceu cada vez mais como a moeda nacional dos EUA, perdendo a pouco e pouco o papel de moeda de referência (").

Da decomposição da taxa média de variação anual dos preços para o período de 1960-1978 por regiões geográfico-sociais concluímos:

(¹⁴) Estes autores não podem ser identificados com a chamada corrente estruturalista da América Latina, embora seja possível encontrar diversos pontos comuns, assim como não constituem uma corrente homogénea.

(¹⁵) Para uma ligeira caracterização deste modelo: a) decompõe a economia dum país num sector competitivo e noutro tradicional; b) considera a taxa de inflação mundial como exógena, actuando sobre o sector competitivo; c) a taxa de inflação mundial e a produtividade no sector competitivo determina o incremento da taxa salarial no sector; d) este estende-se ao conjunto dos dois sectores; e) as variações de produtividade são exógenas em ambos os sectores, sendo maiores no competitivo. Em síntese $p_t = p_w + a(q_c - q_s)$, isto é, «a taxa de inflação num determinado país, p_t , é igual à taxa de inflação do nível de preços mundial, p_w , mais a diferença entre a taxa de aumento da produtividade do trabalho em ambos os sectores $(q_c - q_s)$ ponderada por a , a participação do sector tradicional» [5].

(¹⁶) [5], p. 69.

(¹⁷) Em [4], p. 57. Do artigo «Une analyse marxiste de l'inflation», de S. Brunhoff e J. Cartelier.

Mundo	6,99
Regiões desenvolvidas	5,68
Países industriais	5,30
Outros países europeus	10,85
Austrália, Nova Zelândia e África do Sul	6,11
Regiões menos desenvolvidas .	15,14
Países exportadores de petróleo	6,27
Outras regiões menos desenvol- vidas	17,06
Outros países da América	27,27
Outros países do Médio Oriente	8,98
Outros países da Ásia	9,38
Outros países da África	9,46

Os países com maiores taxas de aumento de preços são a Argentina, o Chile e o Uruguai.

Dada a insistência com que se aponta a responsabilidade dos preços do petróleo na actual situação convém referir as seguintes taxas médias de variação dos preços para períodos recentes:

	1970-1979	1973-1979
Mundo	9,98	11,45
Países industriais	7,71	8,73
Países exportadores de petróleo	11,05	13,33

2.2 Muitos dos aspectos da evolução dos preços nos países que actualmente constituem o Mercado Comum já estão implicitamente afirmados nas considerações anteriores. São países do núcleo vital de moldagem da evolução de preços mundial (¹⁰), com excepção da Irlanda.

Após 1954 existe uma clara tendência para a ace-

(¹⁰) Nas considerações seguintes vamos tomar como referência para as variações de preços os índices de preços no consumidor. É certo que nem sempre as informações que fornecem são totalmente concordantes com o que se obtém a partir do índice de preços implícitos nas contas nacionais (entre as variações de preços obtidas por uma via e por outra temos R^2 igual a 0,89 e 0,65, respectivamente para Portugal e a RFA), sendo as divergências particularmente notórias quando se considera a CEE globalmente (neste caso pensamos que a responsabilidade principal da divergência se radica na necessidade de considerar as taxas de câmbio fixas).

lação dos preços, primeiro de forma lenta, depois mais rápida, sobretudo na década de 70.

Para idêntica periodização ao apresentado para o conjunto do mundo capitalista, temos as seguintes taxas médias anuais de aumento dos preços:

	1953-1959	1959-1965	1965-1971	1971-1977
CEE (9)	—	3,8 (*)	4,2	10,0
RFA	1,9	2,6	2,8	5,6
França	4,3	3,6	4,7	9,5
Reino Unido	3,1	3,1	5,4	14,8
Itália	2,1	4,5	3,2	14,5
Holanda	2,9	3,3	5,5	8,5
Bélgica	1,6	2,2	3,6	9,1
Dinamarca	—	5,1	6,4	10,1
Irlanda	2,6	3,5	5,9	14,8
Luxemburgo	1,1	2,0	3,2	7,9

(*) Para 1962-1965.

Apenas 5,3 % das informações contrariam a tendência geral de evolução: França em 1959-1965 (que encontra a sua raiz no empolamento de 1958) e a Itália em 1965-1971.

Na passagem do período de 1965-1971 para o de 1971-1977 houve na CEE, considerada ao nível dos nove, uma aceleração dos preços superior à verificada a nível mundial, que se deve, sobretudo, às alterações processadas no Reino Unido, Itália e Irlanda. É um facto a reter: no período posterior ao alargamento da CEE registou-se igualmente uma aceleração dos preços mais acentuada na CEE (analisada para os nove) e em dois dos países aderentes. Simultaneamente, nos anos de 1972-1973 existiram variações nos preços dos produtos alimentares mais vincadas que as anteriores e que na evolução geral de preços, que não deixou de ser influenciada.

A aceleração das variações de preços correspondeu um aumento de dispersão ^(*). Na década de 70

(*) As conclusões são ligeiramente diferentes conforme o índice que se tome:

	σp	$\sigma p / \bar{p}$
1953-1959	0,938	0,383
1959-1965	0,957	0,288
1965-1971	1,269	0,281
1971-1977	3,117	0,302

são frequentes as taxas de variação anual dos preços superiores a 10 %. Apenas a República Federal Alemã é excepção.

Para as variações anuais de preços é de aceitar a hipótese de um comportamento conjuntural típico para a CEE no seu conjunto, a RFA, Reino Unido, Itália, Bélgica, Irlanda e Luxemburgo, mas não se vislumbram em algumas dessas áreas regularidades significativas (Reino Unido, Itália e Luxemburgo). A evolução da variação dos preços nos períodos de crise apresenta especificidades nacionais: enquanto em todas as crises periódicas na RFA houve uma diminuição da variação (positiva) de preços, o mesmo não acontece na França e no Reino Unido ⁽¹⁾. As crises de crédito, no período em análise, não apresentam impacte significativo.

Uma inventariação das datas-chave na constituição e evolução do Mercado Comum não permite tirar conclusões adicionais à anteriormente formulada, referente ao alargamento.

A insuficiência de dados disponíveis sobre salários não permite analisar convenientemente o comportamento desse preço tão relevante socialmente. Apenas é notório que no período de 1972-1976 a evolução dos salários em relação aos preços foi mais ténue que no período de 1963-1968, verificando-se frequentemente em 1975 ou 1976 uma diminuição do salário real: Reino Unido, Holanda, Bélgica, Irlanda e Luxemburgo. A quebra do rácio da variação dos salários e dos preços no consumidor é menos acentuada na Dinamarca.

2.3 Vejamos, finalmente, alguns aspectos da articulação da evolução dos preços em Portugal com o que se verifica nos restantes países, sem termos a veleidade de apresentar uma descrição, e muitíssimo menos uma explicação, dos preços no nosso país.

⁽¹⁾ Só se referem esses três países porque são os analisados em [10].

Aqui e além uma mera referência à situação espanhola e grega.

Com uma clara tendência estrutural de aumento dos preços e das suas variações anuais, no período 1952-1978, apresenta uma média de variação anual francamente superior à registada nos países do Mercado Comum e mesmo na Espanha e na Grécia ⁽²²⁾. A média simples das variações anuais é de 7,4 %, apenas ultrapassada pela Espanha e com um valor aproximado na Dinamarca. O afirmado clarifica-se com as taxas médias anuais de aumento dos preços, numa periodização semelhante à anteriormente adoptada:

	1953-1959	1959-1965	1965-1971	1971-1977
Portugal	1,1	2,7	7,3	18,0
Espanha	7,0	7,1	5,6	15,7
Grécia	5,0	1,7	2,6	14,1

Mais detalhadamente, a evolução das variações anuais de preços em Portugal é comparável significativamente com a evolução similar na CEE no seu conjunto e com os diversos países que actualmente a constituem, com excepção da Itália ⁽²³⁾. Por ordem decrescente de relevância é com a Irlanda, o Reino Unido e Holanda que apresenta maiores similitudes de evolução, embora as taxas neste último país sejam, na década de 70, francamente inferiores ⁽²⁴⁾.

⁽²²⁾ Analisem-se os valores do parâmetro da variável independente (M) no quadro anexo «Y/Y das variações de preços no consumidor — Informações sobre o ajustamento adoptado».

⁽²³⁾ Convém aqui corrigir o que afirmávamos na p. 13 de [14]: a similitude de taxa de variação de preços no período recente entre Portugal e Itália não permite concluir pela similitude de evolução.

⁽²⁴⁾ Dos ajustamentos entre a variação anual de preços em Portugal e nas diversas áreas, seleccionando o melhor ajustamento de

As variações de preços no consumidor em Portugal são «explicadas» em 75 % pela evolução conjunta dos agregados similares da CEE e dos EUA, o que vem confirmar diversos dos aspectos anteriormente referidos, mas que não ilibe de «responsabilidades» a estrutura interna — como veremos mais pormenorizadamente no ponto seguinte —, não permite etiquetar de «importado» as «inflações»: a aparência da importação dos aumentos de preços radica-se na própria estrutura interna, nas suas relações sociais de produção e na dinâmica de classes ⁽²⁵⁾.

A tendência de evolução dos preços em Portugal, assim como nos outros dois países mediterrânicos referidos, aumenta a dispersão na área europeia.

As relações entre os preços internos de importação e de exportação não permitem, desinseridas de um modelo global, tirar conclusões relevantes. Como seria de esperar, apesar de grandes divergências pontuais, sobretudo nos anos mais recentes, as variações de preços de exportação aparecem relacionadas com as variações de preços internos e estas com as variações dos preços de importação. Mas, simultaneamente, as variações dos preços de exportação aparecem relacionadas com as dos preços de importação e aquelas encontram um mesmo nível de explicação nas variações dos preços de exportação do conjunto

entre o lote referido no anexo, temos os seguintes valores de $P(F_{v1v2} > F)$:

RFA	0.007669	Bélgica	0.000103
França	0.000530	Dinamarca	0.000083
Reino Unido	0.000003	Irlanda	0.000000
Itália	0.020839	CEE	0.000040
Holanda	0.000031		

⁽²⁵⁾ Explicitando a percentagem anterior, representando por P , C e E as variações de preços no consumidor em Portugal, na CEE e nos EUA, respectivamente, temos

$$P = -0,776 + 1,241 C + 0,742 E \quad R^2 = 0,72$$

$$P(F_{v1v2} > F) = 0,00044.$$

dos países que constituem o FMI (20). Evoluem todos no mesmo sentido (21).

A ausência de informações adequadas sobre a conjuntura portuguesa não permite conclusões nesse campo (22).

Analisando a evolução dos salários, com as limitações a que já fizemos referência e que os quadros anexos comprovam, concluímos que também em Portugal no período de 1972-1976 o aumento dos salários em relação aos restantes preços foi mais ténue que no período 1963-1968, embora essa diferença seja menos notória em Portugal que nos países da CEE (com excepção da Dinamarca) em resultado do baixo nível no período prévio e do relativo elevado nível no período posterior: em 1974 o referido rácio em Portugal apenas é ultrapassado pelo registado na Bélgica e em 1975 é o mais elevado, enquanto em 1976 já se situa numa posição bastante mais modesta.

3. Subidas de preços mundiais e especificidades nacionais

3.1. Nesta fase do trabalho convém reflectir um pouco sobre a globalidade dos dados anteriormente apresentados. O que eles essencialmente revelam é a universalidade capitalista do fenómeno e a sua simultânea especificidade nacional.

(20) Para uma série de 24 dados temos:

Export. = -2,603 + 1,133 Import. $R^2 = 0,526$	Import. — Variações de preços de importação de Portugal.
Import. = 4,704 + 0,438 Import. $R^2 = 0,513$	
Export. = 1,151 + 0,744 Import. $R^2 = 0,606$	Export. — Variações de preços de exportação de Portugal
Export. = 0,918 + 1,015 Export. $R^2 = 0,596$	Export. — Variações de preços de exportação do conjunto de países do FMI.
	Import. — Variações de preços internos nacionais.

(21) Para o período 1954-1968, comparando a diferença entre a taxa média de aumento de preço interno com a taxa média de variação dos preços de exportação portuguesa com a de outros países (vide [5], p. 51), mais uma vez encontramos similitudes da nossa posição com a irlandesa.

(22) Os ajustamentos entre (PNB preços constantes / PNB preços constantes ajustado) e (variação de preços / variação de preços ajustada) e entre aquele rácio e as variações de preços não são minimamente significativos.

Explicar essa realidade seria interpretar o essencial do processo inflacionista mundial, seria a elaboração de um esboço, pelo menos, de um modelo teórico. Não temos a mínima veleidade para o fazer. Limitar-nos-emos a lançar algumas pistas de enquadramento global do fenómeno, procurando mostrar que a universalidade e a especificidade são duas facetas do mesmo processo, embora em conflito.

A) A base essencial da universalidade do fenómeno encontra-se na própria existência das relações sociais de produção capitalistas num determinado grau de desenvolvimento, com uma hegemonia quantitativa e qualitativa dos processos de concentração e centralização do capital. A existência simultânea deste tipo de relações nos diversos países é suficiente para fazer brotar com universalidade determinada estrutura dos preços, que reflecte a própria dinâmica profunda da contradição entre o carácter social da produção (expressão capitalista da divisão social do trabalho forjada historicamente) e a propriedade privada centralizada dos meios de produção, do capital, do capital-mercadoria (expressão capitalista da independência dos produtos inerentes ao sistema mercantil). No entanto, o próprio processo de coexistência nacional de formações sociais capitalistas é antes de mais universal. Os mecanismos de formação dos preços, a reprodução e acumulação do capital são predominantemente fenómenos universais: a unificação dos mercados nacionais e mundial são um produto da sociedade capitalista no actual grau de desenvolvimento, embora possam existir pontos de clivagem e de fraccionamento (20).

O processo de concentração e centralização tem relevado o carácter crescentemente vital do capital-dinheiro, do crédito, constituindo o capital financeiro, por um lado, e a intervenção dos Estados, por outro, as suas manifestações concretas. Estas desdo-

(20) Apesar dos fraccionamentos do mercado mundial, o dólar continua a ser a moeda dominante.

bram-se num comportamento interno em cada país e numa actuação supranacional (FMI, BIRD, consórcios internacionais, bancos supranacionais regionais, etc.). Muitos dos esforços feitos na CEE são a sua expressão: «A criação de uma moeda supranacional europeia é uma forma de resolver, ou atenuar, fricções entre multinacionais e políticas desencadeadas pelos Estados.» (")

O funcionamento do capitalismo é indissociável da luta de classes e da existência e actuação do Estado, aspecto integrante daquela. A luta de classes pode assumir diversas formas, mas na sua essência encontra-se a alteração da taxa de mais-valia ("), o que passa sobretudo, embora não exclusivamente, pois os trabalhadores são em alguma medida a negação da própria sociedade capitalista, pelas «imposições capitalistas que afectam a determinação do valor da força de trabalho e o nível de salários» ("), pela inserção do Estado na reprodução alargada do capital e pelos mecanismos aceleradores da realização da mais-valia. Estes aspectos não só apresentam universalidade como encontram nos centros do imperialismo as suas principais fontes difusoras.

Contudo ninguém nega que esta dinâmica global constitui-se com especificidades nacionais na articulação dos modos de produção, nas formas concretas e grau de desenvolvimento da concentração e centralização do capital, com formas próprias de dominação do capital ao nível político e ideológico. A dominação e a dependência formam o tecido das relações gerais.

B). Concomitantemente com os aspectos anteriores, seu produto histórico, existe uma articulação entre os diversos tipos de moedas e é ela que faz com

(") [14], p. 8.

(") Estamos a situar-nos no quadro de uma sociedade capitalista e, portanto, não tem significado tratar da luta para acabar com a taxa de mais-valia.

(") [4], p. 58, S. Brunhoff e Carteller.

que cada um destes seja «verdadeira moeda»: é a simultaneidade de articulação da moeda bancária, moeda nacional e moeda(s) internacional(is) que faz com que cada uma seja equivalente geral. As tensões existentes na conversão de uns tipos de moedas nos outros, aspecto qualitativo que tem uma expressão quantificada na taxa de redesconto e na taxa de câmbio, e a inevitabilidade de uma intervenção estatal, ora gestonária ora coerciva, não anula o significado da articulação. Antes pelo contrário, revela o sentido do impacte produtivo no crédito e na moeda, mostra a dinâmica da reprodução do equivalente geral e as formas concretas da sua manifestação, por um lado, e a inevitabilidade da articulação, por outro, «a centralização internacional do crédito sob dominação privada americana» e o papel fundamental que o dólar continua a manifestar.

A importância das instituições financeiras internacionais com domínio dos Estados Unidos, o volume e significado dos «dólares vagabundos», a alteração conjunta da manifestação do valor das moedas no mercado do ouro e o próprio fracasso das propostas de reforma do sistema monetário internacional são algumas das manifestações concretas do afirmado.

Também é neste quadro que se insere actualmente Portugal e o conjunto do Mercado Comum. O próprio sistema monetário europeu é um processo integrante da dinâmica do sistema imperialista (").

C) A esta dinâmica da generalidade e da especificidade pode juntar-se um conjunto de outros factores que reforçam uma ou outra (sincronismo/ /dessincronismo cíclico, crises monetário-financeiras, estrutura do comércio internacional e do relacionamento intersectorial, etc.) em determinado momento.

3.2. Sem nos pretendermos alongar na matéria, pensamos ter lançado matéria suficiente para uma

(") Vide [14].

reflexão crítica do conceito de «inflação importada»: a «importação» é uma forma mistificada, deturpada de designar a inserção nacional no sistema capitalista. Os aumentos de preços internos num determinado país causados por um aumento de preços da importação ou pelos impactes de determinados movimentos de capitais são formas muito particulares, e não as mais significativas, dos impactes internacionais sobre a formação dos preços internos. O facto de aqueles serem facilmente quantificáveis pode justificar uma certa atenção que lhes é dada nos modelos formalizados, mas não pode constituir pretexto para uma não observação da problemática geral, de pendor qualitativo.

Um outro aspecto frequentemente referido na análise dos preços é a produtividade. Numa análise global é indiscutível que um aumento da produtividade cria condições para uma diminuição dos preços, na medida em que diminui o tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução das mercadorias e os preços são a expressão monetária metamorfoseada do valor. Diversos modelos introduzem a variável produtividade com um coeficiente negativo ("), o que serve de argumento frequentemente jogado politicamente. Contudo, nem sempre as medições econométricas confirmam as observações anteriores (") ou o fazem com uma adequada apreciação teórica: ao utilizá-la como contraponto dos aumentos salariais numa equação de determinação dos preços estão a relacionar agregados não substancialmente relacionáveis ("). Limitando a análise aos países economicamente desenvolvidos não deixa de ser significativo que «a taxa de inflação [...] pode ser econo-

(¹) Veja-se [3]. Tome-se como exemplo o modelo holandês macro-económico de médio prazo (p. 275).

(²) Veja-se, por exemplo, o trabalho de Fitoussi [6], p. 213 e seguintes.

(³) Veja-se o último ponto de [15].

Como exemplo da posição criticada temos em [11]

$d \log p = d \log w - d \log (Y/N)$, em que w são os salários, Y/N a produção real por trabalhador e p os preços.

micamente determinada em 46,65 % (F 19,241) pelo nível de rendimento *per capita*) ("), assim como a correlação elevada entre produtividade e preços na Europa dos seis na década de 70 ("). Contudo, mesmo aí o fenómeno não é sistemático nem aplicável a cada caso (").

4.

Políticas anti- -inflacionistas

Também a intervenção dos Estados de acordo com a declaração política de combater a inflação é um fenómeno global com especificidades nacionais.

As práticas políticas ditas «anti-inflacionistas» são múltiplas. Recorrem sucessiva, concomitante ou articuladamente ao instrumental monetário e financeiro, orçamental, fiscal, assim como à chamada «política de rendimentos e preços», não deixando de haver quem preconize que nada deve ser feito sem atender à sua repercussão sobre os preços. A hierarquização dos objectivos e o lugar ocupado pela inflação varia de momento para momento e de país para país. Na década de 70 as referidas actuações ganharam particular importância: os aumentos de preços deixou de ser sobretudo um elemento potenciador da taxa de lucro, para passar a ser um forjador de estrangulamentos intercapitais no seu movimento e rendibilidade, e de estreitamento do mercado, numa economia sistematicamente abaixo da utilização plena da sua capacidade produtiva.

Mas mais do que uma descrição das práticas estatais convém salientar os seguintes aspectos:

a) O resultado das práticas estatais anti-inflacionistas é extremamente limitado. Não negando uma certa eficácia temporária, não conseguem dominar nem a evolução estrutural nem conjuntural dos

(") Vide [1], p. 49.

(") Veja-se o quadro anexo.

(") Se uma parte da não significância das relações pode ser atribuída a deficiência dos índices de produtividade, tal argumento não é suficiente.

preços a que fizemos referência. As políticas sucedem-se, as actuações modificam-se, por vezes expansionistas, mas quase sempre restritivas, e os aumentos dos preços e das variações dos preços continuam.

O combate a estes não aparece explicitamente como um objectivo do sistema monetário europeu que começou a vigorar no ano passado, mas houve quem encarasse a possibilidade de aquele vir a ter um impacte favorável, já que a experiência tinha demonstrado o carácter «inflacionista» dos câmbios flutuantes. A experiência mais recente não foi muito reconfortante: a diminuição na variação de preços de 1978 não continuou, e 1979 regista um agravamento em relação ao ano anterior, mesmo em países como a RFA.

b) Em praticamente todas as situações nos defrontamos com um duplo significado da 'política anti-inflacionista': a) ideológico, de desmobilização dos trabalhadores na luta contra o aumento do custo de vida — atribuindo a manutenção dos salários reais a razões inelutáveis ou ligando as suas únicas possibilidades de aumento à aceitação das regras de jogo da organização e reprodução do capital —, de ruptura entre eles (produtor/consumidor) e pretexto de contenção dos salários reais; b) de política económica anticrise pela destruição de capital variável (").

c) Não existem diferenças significativas entre as práticas anti-inflacionistas nos países do Mercado Comum e em Portugal. As diferenças de instrumental resulta apenas das especificidades da economia nacional.

A possibilidade de uma modificação de algumas práticas (nomeadamente a desvalorização com ou sem acertos mercantis-demagógicos) não altera o afirmado.

(") Para um maior desenvolvimento ver [13].

5.

Impactes da eventual adesão de Portugal à CEE

As conclusões que são possíveis de retirar são do mesmo nível de generalidade que tudo o anteriormente apresentado, tornando-se difícil abordar alguns aspectos sem um conhecimento dos impactes da eventual adesão sobre outras componentes da economia portuguesa.

No entanto, sinteticamente, pela experiência anterior, podemos referir:

a) Se se repetir o verificado quando do primeiro alargamento, haverá um aumento das variações anuais de preços na CEE reconstruída e nos países participantes do alargamento, incluindo Portugal. Se, para além do que referiremos na alínea seguinte, considerarmos este fenómeno como inerente à reformulação dos valores, há grande probabilidade do aumento das variações dos preços internos ser mais vincado do que o anterior devido à diferença de estruturas produtivas e à dispersão actual das variações de preços;

b) O aumento de preços de bens de consumo alimentar tenderá a ser mais elevado no ano de adesão e seguinte que o resultante da tendência de evolução anterior. É o produto da CEE agrícola: é para aquelas mercadorias que a reformulação dos valores, base dos preços, é mais profunda;

Além disso, existe um conjunto de factores que tenderão a acelerar o aumento de preços, como sejam:

c) O reforço das relações de produção capitalistas, a aceleração da concentração e centralização, a hegemonia monopolista;

d) A inserção do sistema monetário-financeiro nacional no europeu, sofrendo um conjunto de modificações imposto por este e pela liberdade de movimentos de capitais (inserção no mercado

de eurodivisas, reanimação da bolsa de valores, reforço e modificação das operações realizadas pelos bancos estrangeiros, etc.).

Simultaneamente, alguns factores tenderão a actuar no sentido da diminuição das variações de preços, que inevitavelmente se manterão positivas:

e) Aumento da produtividade em alguns sectores;

f) Diferente actuação cambial: a política de sistemática desvalorização não poderá ser prosseguida no quadro do sistema monetário europeu e é conhecido que, dada a nossa estrutura produtiva, é um factor que agrava o aumento de preços. Apesar dos laivos revalorizantes, demagogicamente anunciados para encobrir as suas efectivas razões, o agravamento previsível das dificuldades na Balança de Pagamentos tenderia a trazer a primeiro plano a problemática da desvalorização.

Juntando todos estes aspectos, poderemos eventualmente concluir que:

g) A eventual adesão de Portugal ao Mercado Comum não traria alterações profundas na dinâmica dos aumentos de preços em Portugal e, após uma aceleração inicial, retomar-se-ia a tendência que o passado «desenhou» (para o conjunto do mundo capitalista e para Portugal);

h) Continuar-se-ia a praticar uma «política anti-inflacionista» com a dupla dimensão (ideológica e económica) contra os trabalhadores que já referimos.

Uma coisa é certa: a eventual adesão de Portugal ao Mercado Comum ao acelerar a política de recuperação capitalista, ao reforçar as relações de produção capitalistas no nosso país e ao dificultar qualquer processo de destruição do capitalismo, obstaculiza o fim do processo inflacionista no nosso país.

CARLOS PIMENTA

- [1] D. BESSA — Trabalho resultante da intervenção na Associação Portuguesa de Economistas, FEP, 1979.
- [2] P. BOURGUES — *Les Salaires Sont-ils Responsables de l'Inflation?*, Ed. Sociales, 1978.
- [3] R. COURBIS — *Les Modeles de Prix*, Dunod, 1977.
- [4] Diversos — «L'Inflation», *Chronique Sociale de France*, n.º 4, 1974.
- [5] Diversos — *Inflation in Small Countries*, Springer-Verlag, 1976.
- [6] J.-P. FITOUSSI — *Inflation, Equilibre et Chomage*, CUIAS, 1972.
- [7] FMI — Boletim del FMI, de 19 de Novembro de 1979.
- [8] L. KOSZEGI — «Les mouvements récents des prix e des revenus en Hongrie», *Revue International du Travail*, Fev. 75.
- [9] A. MARC — *L'Evolution des Prix Depuis Cent Ans*, Col. «Que Sais-je?» PUF, 1966.
- [10] S. MENCHIKOV — *Le Cycle Economique*, Ed. Moscou, 1976.
- [11] OTT e YOO — *Macroeconomic Theory*, McGraw-Hill, 1975
- [12] C. PIMENTA — «Para uma análise marxista da inflação», *EC* 13, 1978.
- [13] C. PIMENTA — «Salários, Contratação Colectiva e Inflação», *Revista Técnica do Trabalho*, n.º 1, 1979.
- [14] C. PIMENTA — «O sistema monetário europeu e a revolução portuguesa», *EC* 20, 1979.
- [15] C. PIMENTA — «Força de Trabalho e Trabalho», *Revista Técnica do Trabalho*, n.º 2, 1979.
- [16] E. SPITALLER — «A Model of Inflation and Its Performance in the Seven Main Industrial Countries 1958-76», em *Staff Papers do FMI*, vol. 25, Junho 78.

ANEXO ESTATÍSTICO

Observações

Nos ajustamentos, sempre que possível foram utilizadas as seis expressões seguintes, referenciadas pelas letras respectivas:

- (a) $y=b+m t$
- (b) $y=b+m \log t$
- (c) $y=b+m l/t$
- (d) $\log y=b+m t$
- (e) $\log y=b+m \log t$
- (f) $\log y=b+m l/t$

em que $t=1$ para o primeiro ano.

No canto superior direito indicou-se a referência do ajustamento genericamente seleccionado para os diversos países e as excepções foram referenciadas pela respectiva letra por baixo da indicação do país. Os valores do ajustamento foram referenciados por $\hat{y}$ (ou $\log \hat{y}$).

Explicitemos o significado dos índices utilizados:

N — Número de par de dados.

B — b das expressões anteriores.

M — m das expressões anteriores.

- R^2 — Coeficiente de determinação.
 $\bar{Yx}$ — Média simples de y ou de $\log y$.
 $\bar{Xx}$ — Média simples de t , de $\log t$ ou de $1/t$.
 $\sqrt{V(X)}$ — Desvio padrão de Y ou $\log y$.
 $\sqrt{V(Y)}$ — Desvio padrão de t , de $\log t$ ou de $1/t$.
 DW — d do teste de Durbin-Watson.
 $V(U)$ — Estimativa da variância dos erros.
 $V(B)$ — Estimativa da variância de b .
 $V(M)$ — Estimativa da variância de m .
 TB — $\langle b \rangle$ do parâmetro b para um valor hipotético nulo.
 TM — $\langle t \rangle$ do parâmetro m para um valor hipotético nulo.

VARIAÇÕES DE PREÇOS NO CONSUMIDOR

Preços no consumidor em Portugal, Espanha, Grécia, CEE e Estados Unidos
 Variações de preços no consumidor

	Portugal	RFA	França	Reino Unido	Itália	Holanda	Bélgica
1952	0.0000	2.0000	10.9900	8.9900	4.2600	0.0000	1.0100
1953	1.0100	-1.9600	-0.9900	3.0900	2.0400	0.0000	0.0000
1954	-1.0000	0.0000	0.0000	2.0000	3.0000	4.0000	1.0000
1955	0.0000	2.0000	1.0000	3.9200	1.9400	1.9200	0.0000
1956	3.0300	2.9400	1.9800	5.6600	3.8100	1.8900	2.9700
1957	1.9600	0.9500	2.9100	3.5700	0.9200	6.4800	2.8800
1958	0.9600	3.7700	14.1500	2.5900	2.7300	1.7400	0.9300
1959	1.9000	1.8200	6.6100	0.8400	0.0000	1.7100	1.8500
1960	3.3000	1.0800	3.3700	1.1100	2.3500	2.7100	1.0500
1961	1.0600	3.1900	3.2600	3.3000	2.3000	0.0000	1.0400
1962	3.1600	2.5200 (*)	4.0700 (*)	4.2600	4.4900	2.1300	1.0300
1963	2.0400	3.0900	5.2600	2.0400	7.5300	4.1700	2.0400
1964	3.0000	2.0000	3.0000	3.0000	6.0000	6.0000	4.0000
1965	3.8800	3.9200	2.9100	4.8500	4.7200	4.7200	3.8500
1966	4.6700	3.7700	2.8300	3.7000	1.8000	5.4100	4.6300
1967	6.2500	0.9100	2.7500	2.6800	3.5400	3.4200	2.6500
1968	5.3800	1.9900	4.5900	4.7970	1.7100	4.1300	2.9600
1969	9.3000	2.1100	6.7400	5.6200	2.1500	7.8700	3.2300
1970	6.3800	3.0900	5.2600	6.3800	5.2600	4.1700	4.1700
1971	12.0000	5.0000	6.0000	9.0000	5.0000	8.0000	4.0000
1972	10.7100	5.7100	5.6600	7.3400	5.7100	7.4100	5.7700
1973	12.9000	7.2100	7.1400	9.4000	10.8100	7.7600	7.2700
1974	25.0000	6.7200	14.1700	15.6300	18.7000	9.6000	12.7100
1975	15.4300	6.3000	11.6800	24.3200	17.1200	10.2200	12.7800
1976	20.7900	4.4400	9.8000	16.8500	16.9600	9.2700	8.6700
1977	23.7700	3.5500	8.9300	15.8100	18.5000	6.6700	7.3600
1978	21.9800	2.6000	9.0600	8.2700	12.3000		4.4600

	Dinamarca	Irlanda	Luxemburgo	Espanha	Grécia	EUA
1952		9.2000	1.0100	-2.0000	5.7500	2.0600
1953		5.2600	0.0000	2.0400	8.7000	1.0100
1954		0.0000	1.0000	1.0000	15.0000	0.0000
1955		3.0000	0.0000	3.9600	6.0900	0.0000
1956		3.8800	0.0000	5.7100	3.2800	2.0000
1957		4.6700	4.9500	10.8100	2.3800	2.9400
1958		4.4600	0.9400	13.8200	1.5500	2.8600
1959		0.0000	0.0000	7.1400	2.2900	0.9300
1960	1.1900	0.0000	1.0500	1.0100	2.1300	2.1100
1961	3.5300	3.3000	0.0000	7.2900 (*)	1.0400	1.0300
1962	7.9500	4.2600	1.0400	5.7500	0.0000	1.0200
1963	5.2600	2.0400	3.0900	8.7000	3.0900	1.0100
1964	4.0000	7.0000	3.0000	7.3000	1.0000	1.0000
1965	6.6700 (*)	4.6700	3.8800	13.0800	2.9700	1.9800
1966	6.6000	2.6800	2.8000	6.6100	4.8100	2.9100
1967	7.9600	3.4800	1.8200	6.2000	1.8300	2.8300
1968	8.2700	4.9600	2.4400	5.3900	0.5300	4.6200
1969	3.3000	6.9800	3.2300	2.1500	2.1100	4.4400
1970	6.3800	8.7000	4.1700	5.2600	3.0900	6.3800
1971	6.0000	9.0000	5.0000	8.0000	3.0000	4.0000
1972	6.6000	8.2600	4.7600	8.3300	3.8800	3.8500
1973	8.8500	11.8600	6.3600	11.9700	15.8900	5.5600
1974	15.4500	16.6700	9.4000	15.2700	27.4200	11.4000
1975	9.8600	20.7800	10.9400	17.2200	13.2900	9.4500
1976	8.9700	18.2800	9.8600	17.5100	12.8500	5.7600
1977	11.1800	13.6400	6.4100	24.5200	12.3800	6.1200
1978	10.0200	7.6000	3.0700	19.7800	12.5600	

Fonte: *Statistical Yearbook*.

(*) Média centrada de seis anos. Existia uma interrupção na série.